

# OBSERVARE 2<sup>nd</sup> International Conference

2 - 3 July, 2014

## II Congresso Internacional do OBSERVARE

2 - 3 Julho, 2014



## Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



## II Congresso OBSERVARE

Painel: “A Grande Guerra e as RI” – S1 Painel 8  
Segunda sessão 3 de Julho de 2014.

Comunicação: “A Grande Guerra e as RI de Portugal: da Monarquia à República. Uma história virtual”

David Castaño  
Pós-Doc  
IPRI-UNL

A história da participação portuguesa na Grande Guerra é hoje bem conhecida. Passados 100 anos sobre o início do conflito, existe um conjunto de estudos que abordam as questões fulcrais dessa participação.

Estas questões podem ser divididas em dois níveis – o da dinâmica interna e o da dinâmica externa. No nível interno situam-se os temas em torno da natureza do regime; as divergências no seio dos republicanos; a vitória da corrente intervencionista radical. No nível externo sobressaem: a questão colonial; o equilíbrio peninsular; a aliança inglesa.

É fundamentalmente em torno destes temas que se tem construído a história da participação de Portugal na Grande Guerra, que, como acontece noutros países, tem essencialmente procurado responder a uma pergunta simples: Porque é que Portugal entrou na guerra? Sendo que no caso português a esta pergunta está associada outra: Porque é que o governo de Lisboa se empenhou em participar na frente europeia?

Para responder a esta questão, vários autores têm tido a preocupação de relacionar as dinâmicas internas com as dinâmicas externas, sendo este um dos momentos da história contemporânea portuguesa em que a interligação destes dois contextos tem sido explorada em maior profundidade.

Com algumas cambiantes, a historiografia tem vindo a defender que a participação na frente europeia se deve essencialmente à opção dos democráticos que, dessa forma, procuravam, por um lado, garantir o reconhecimento da República, manter o império, e afastar os fantasmas de uma invasão espanhola, e por outro, a nível interno, reforçar a hegemonia do Partido Democrático.

É verdade que as colónias portuguesas estiveram no centro das atenções das grandes potências europeias nas décadas que antecederam o conflito e que estas foram vistas

como uma das moedas de troca que poderia ser utilizada a fim de evitar o deflagrar desse mesmo conflito, ou, mais tarde (e numa hipótese mais remota) numa paz negociada com a Alemanha<sup>i</sup>.

É também verdade que após o regicídio, particularmente após a implantação da República, em 1910, o Rei Afonso XIII, revelou diversas vezes, as suas ambições sobre Portugal, quer à Inglaterra, quer à França, situação que se explica não apenas pelo contexto interno português, mas em grande parte pela aproximação que se vinha fazendo entre Londres, Paris e Madrid, que reagiram às pretensões do Kaiser Guilherme II na área do estreito de Gibraltar, firmando o acordo de Algeciras e de Cartagena. Esta aproximação entre a Inglaterra e a Espanha, esvaziava em grande parte o significado da dualidade peninsular<sup>ii</sup>.

Quer isto dizer que nos anos que antecederam o conflito mundial, a aliança luso-britânica perdera muito do seu significado, sendo que para os ingleses o principal aspecto que importava garantir era que as ilhas atlânticas não viessem a ser utilizadas por um poder rival, existindo mesmo uma corrente, especialmente forte no almirantado, durante o período em que Winston Churchill era 1º lorde, que defendia que a amizade com Espanha e a adesão deste país à Entente, poderia justificar a absorção de Portugal pelo seu vizinho.

Por outro lado, é também hoje em dia ponto assente que a defesa das colónias, a procura de reconhecimento internacional do novo regime e mesmo a independência nacional não justificavam a participação de Portugal na guerra nos moldes em que esta se processou.

Se, por um lado, as facilidades concedidas aos ingleses para o transportes de tropas nos territórios africanos e os confrontos registados com forças alemãs não foram suficientes para que a Alemanha tivesse declarado guerra a Portugal, por outro lado, quer o reconhecimento internacional, quer o esvaziamento da ameaça espanhola, seriam conseguidos, como defendeu o prof. Nuno Severiano Teixeira, se Portugal se limitasse a sair da neutralidade e declarasse a beligerância. Situação que não implicava o envolvimento de forças portuguesas no esforço de guerra travado nos campos de batalha europeus<sup>iii</sup>.

É então que entra em campo a dinâmica interna. A entrada de Portugal na Guerra ao lado dos aliados, com um papel activo na frente europeia, era a via que permitiria aos democráticos de Afonso Costa manterem a sua posição hegemónica no sistema político-partidário português, através da união em torno de um grande objectivo nacional que

não admitia dissensões. Ora, uma vaga desta dimensão não se formaria apenas com o envio de forças para África, nem mesmo com uma declaração de beligerância. Era na Europa que se desenharía o pós-guerra. Nesse sentido, o projecto radical só teria sucesso através da participação portuguesa no esforço de guerra europeu<sup>iv</sup>.

Por outro lado, a difícil situação económica e financeira que o país atravessava poderia ser minorada com a beligerância e o maior envolvimento no esforço de guerra aliado. Dessa forma o país poderia beneficiar do pacto de colaboração económica inter-aliado e obter da Inglaterra um empréstimo que, além de permitir a compra de armas, viabilizasse a compra de trigo, travando a crise de câmbio que se adivinhava. Para Afonso Costa, apenas a entrada na guerra poderia travar o isolamento financeiro que estava a afectar profundamente o país<sup>v</sup>.

Quer isto dizer que a resposta à pergunta inicial: o que levou Portugal a entrar na guerra e a participar na frente europeia? Encontra-se na essencialmente na estratégia radical do Partido Democrático de Afonso Costa que através da guerra externa procurava a paz interna.

Os resultados desta estratégia são conhecidos: em vez de unir os republicanos, a participação na frente europeia contribuiu para agravar o isolamento do grupo de Afonso Costa e a República jamais se recomporia das divisões internas que a corroíam. No entanto, a nível externo a estratégia dos democráticos foi, no essencial, bem sucedida. Apesar dos desastres militares em África, manteve-se o império e a dualidade peninsular.

Dito isto importa pois tentar perceber se a história da participação portuguesa na grande guerra poderia ter seguido um rumo diferente.

Se a estratégia radical é apontada como a causa da participação inglória de Portugal na Grande Guerra, devemos procurar verificar se existiam outras alternativas para uma pequena potência, cujo império vinha sendo cobiçado desde o final do século XIX.

Se o Partido Democrático é apontado como o principal responsável pela entrada de Portugal no conflito nos moldes conhecidos, podemos afirmar que com outros actores internos a história teria sido substancialmente diferente?

Para respondermos a esta pergunta socorremo-nos de um exercício de história contrafactual.

Ao contrário do que afirmam os críticos deste tipo de exercício, não se trata de conjecturar sobre uma enorme variedade de cenários e opções de escolha múltipla. Trata-se de alterar apenas uma das variáveis e analisar as repercussões dessa alteração,

tendo o cuidado de o fazer admitindo apenas cenários considerados pelos próprios contemporâneos.

Para este efeito socorremo-nos de uma tese de Rui Ramos que defendeu que se D. Carlos não tivesse sido assassinado em 1908, muito provavelmente a monarquia não tinha caído.

Seguindo esta linha de raciocínio, em 1914, Portugal seria uma monarquia constitucional com uma oposição republicana, implantada essencialmente em Lisboa. Rui Ramos não se alonga em considerações sobre qual a posição do regime relativamente ao envolvimento de Portugal na guerra, afirmando apenas que “sem a necessidade que os governos republicanos tiveram de exhibir o troféu da aliança inglesa, talvez o rei tivesse sido mais dócil à conveniência da Inglaterra em manter Portugal fora da guerra”. Acontece que, como o próprio reconhece, “D. Carlos era terrivelmente pró-inglês. Suspeitava dos alemães e já em 1899 quisera ver os portugueses na guerra dos boéres, ao lado da Inglaterra”<sup>vi</sup>.

Aprofundemos então um pouco mais esta hipótese.

Neste cenário, alguns dos factores apresentados para explicar a opção dos democráticos pela entrada de Portugal na guerra deixavam de ter justificação: a ameaça espanhola, baseada no argumento do contágio republicano, não existia, e não havia necessidade de pugnar pelo reconhecimento de um novo regime numa Europa esmagadoramente constituída por monarquias constitucionais.

No entanto, outros tantos factores mantinham-se inalterados. Apesar da aproximação levada a cabo por D. Carlos com a antiga aliada, as colónias continuavam a ser cobiçadas e poderiam ser, como foram em 1912, objecto de um entendimento entre a Alemanha e a Inglaterra. Não foi a existência de um regime republicano em Portugal que levou a Inglaterra a procurar travar o programa de construções navais alemão acenando com Angola como contrapartida. Situação semelhante tinha acontecido em pleno regime monárquico e nada leva a supor que apesar dos esforços diplomáticos de D. Carlos, uma solução desse género não fosse novamente discutida.

Do mesmo modo, também não seria a manutenção dos Bragança que impediria a aproximação, verificada desde 1906, entre Londres, Paris e Madrid, a fim de contrariar as pretensões alemãs na zona do estreito de Gibraltar. A aproximação entre a Espanha e a Inglaterra constituiria também uma ameaça para a monarquia portuguesa, tradicionalmente dependente da aliança criada essencialmente para assegurar a dualidade peninsular. Acontece que em 1914 essa dualidade tinha deixado de constituir

uma prioridade e os ingleses estavam apenas interessados em garantir que as ilhas atlânticas não fossem utilizadas por um poder rival, leia-se a Alemanha.

Quer isto dizer que o regime monárquico também se sentiria ameaçado em 1914. As colónias continuariam a ser cobiçadas e a aliança inglesa teria perdido algum do seu significado histórico.

Perante este cenário, é natural que a principal preocupação de qualquer governo monárquico passasse por defender o império e reforçar os laços com a Inglaterra. O marquês de Lavradio, secretário de D. Manuel II, é a este respeito esclarecedor, ao afirmar: “o grande perigo, aquele que me causa pavor, é se a Espanha se entende com a Inglaterra e se entra na guerra ao lado da Inglaterra e da França; o preço dessa colaboração será o nosso desgraçado país”<sup>vii</sup>.

Neste contexto devemos ter em conta outro aspecto: A oposição monárquica germanófila, que se manifestava apenas como neutralista, não teria a força que teve durante a República, uma vez que em grande parte ela nasceu como resposta ao PRP. Para assegurar a defesa das colónias era necessário garantir uma boa relação com a principal potência que controlava o atlântico. Qualquer novidade neste domínio, como aquela que fora ensaiada após o ultimato, implicaria o corte de comunicações entre Lisboa e o Império e constituiria, muito provavelmente, o fim deste.

Por outro lado, os republicanos teriam muita dificuldade em afastar-se da política do governo de reforço e de envio de tropas para os territórios africanos, desta vez ameaçados pela Alemanha.

Acontece que neste caso as forças expedicionárias portuguesas enviadas para África não demonstrariam a incapacidade e falta de preparação que revelaram. O Exército não teria sido expurgado dos homens que tinham um longo historial de campanhas em África, com um profundo conhecimento do terreno e contaria com a experiência de oficiais como Paiva Couceiro, Aires de Ornelas ou João de Almeida. A hierarquia e a disciplina não tinham sido postas em causa e não se viveria o clima de caos que reinou nas forças armadas desde os alvares da República.

Esta diferença no interior das Forças Armadas seria também sentida noutra dimensão. Ao contrário do que veio a acontecer, sem o caos nas fileiras e a desmoralização da oficialidade, não se teria verificado a oposição à participação portuguesa na frente europeia. Oposição que veio em grande parte precisamente dos monárquicos.

E aqui entramos na questão fundamental: um governo monárquico ter-se-ia limitado a enviar tropas para Angola e Moçambique?

Muito provavelmente não.

Também ele procuraria obter na Europa uma visibilidade que as batalhas em Angola e Moçambique jamais dariam.

Apenas o envolvimento das forças portuguesas no esforço militar europeu permitiria afastar as constantes sombras que ameaçavam o império e reforçar a aliança com a Inglaterra, trilho que vinha sendo habilmente percorrido por D. Carlos e pelo marquês de Soveral, embaixador de Portugal em Londres.

Nesse sentido, muito provavelmente, também um governo monárquico procuraria na guerra uma oportunidade para se reforçar a nível interno e externo.

Desta forma, seguramente com mais tacto e sensibilidade, Portugal demonstraria à aliada o seu interesse em entrar no conflito e, apesar das reticências, haveria certamente menos resistências, porque a principal razão apontada pelos ingleses para tardarem a aceitar a oferta portuguesa (a degradação vivida no interior das forças armadas portuguesas) não tinha atingido os níveis que atingiu com a República.

Seria pois natural que, ao fim de um processo negocial com a Inglaterra e afastada a ideia de uma guerra rápida, Portugal conseguisse colocar as suas tropas na frente europeia.

Acontece que os problemas relacionados com o transporte das tropas e com o seu *roulement*, far-se-iam sentir do mesmo modo que foram sentidos. A guerra submarina alemã, a necessidade de navios para o transporte das tropas norte-americanas e a epidemia de tifo em Espanha, afectariam a substituição das forças portuguesas que iriam sofrer os mesmos problemas que afectaram o CEP e que conduziram ao desastre de La Lys.

Quer isto dizer que a resposta à pergunta: Porque é que Portugal entrou na guerra e se empenhou em participar na frente europeia? Não deve ter como resposta: devido à política dos republicanos radicais.

Não é essencialmente no factor interno que devemos encontrar resposta para esta pergunta.

No contexto então vívido, qualquer regime ou governo teria tendência para agir como agiram os republicanos.

Para uma pequena potência europeia com um vasto império cobiçado, a guerra, mais do que uma ameaça, era uma oportunidade.

Neste cenário, o desastre de La Lys e a tradicionalmente difícil situação económica e financeira do país, agravada pela guerra, se bem aproveitados pelos republicanos,

poderiam ter conduzido não ao início do fim do regime republicano mas ao ocaso do regime monárquico...

---

<sup>i</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990). *O Ultimato Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa; TELO, António José (2010). *Primeira República I. Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença.

<sup>ii</sup> GOMÉZ, Hipólito de la Torre (2002). *El Império del Rey. Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

<sup>iii</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

<sup>iv</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996). "Portugal na 'Grande Guerra' 1914-1918: As razões da entrada e os problemas da conduta". In Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 56-62.

<sup>v</sup> RAMOS, Rui (1994). *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 516.

<sup>vi</sup> RAMOS, Rui (2008), "D. Carlos vivo!", *Revista Atlântico*, nº 35, p. 20.

<sup>vii</sup> ALMEIDA, José Luís de (1993), *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*. Lisboa: Ática, p. 250.